



Promoção da igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres no contexto carioca

N° 20051001
Outubro - 2005

Soraya Oliveira e Fernando Cavallieri - IPP/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro



EXPEDIENTE

A Coleção Estudos Cariocas é uma publicação virtual de estudos e pesquisas sobre o Município do Rio de Janeiro, abrigada no portal de informações do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos da Secretaria Municipal de urbanismo da Prefeitura do Rio de Janeiro (IPP) : www.armazemdedados.rio.rj.gov.br.

Seu objetivo é divulgar a produção de técnicos da Prefeitura sobre temas relacionados à cidade do Rio de Janeiro e à sua população. Está também aberta a colaboradores externos, desde que seus textos sejam aprovados pelo Conselho Editorial.

Periodicidade:

A publicação não tem uma periodicidade determinada, pois depende da produção de textos por parte dos técnicos do IPP, de outros órgãos e de colaboradores.

Submissão dos artigos:

Os artigos são submetidos ao Conselho Editorial, formado por profissionais do Município do Rio de Janeiro, que analisará a pertinência de sua publicação.

Conselho Editorial:

Ana Paula Mendes de Miranda, Fabrício Leal de Oliveira, Fernando Cavallieri e Paula Serrano.

Coordenação Técnica:

Cristina Siqueira e Renato Fialho Jr.

Apoio:

Iamar Coutinho

CARIOCA – Da, ou pertencente ou relativo à cidade do Rio de Janeiro; do tupi, “casa do branco”. (Novo Dicionário Eletrônico Aurélio, versão 5.0)

PROMOÇÃO DA IGUALDADE ENTRE OS SEXOS E AUTONOMIA DAS MULHERES NO CONTEXTO CARIOCA

Soraya Oliveira e Fernando Cavallieri - IPP/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

O debate da comunidade internacional sobre o desenvolvimento no século XXI foi sintetizado nos **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio** pela Organização das Nações Unidas (ONU) no ano 2000, cabendo ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) a assistência aos Estados Membros na sua implementação até 2015.

Na proposta de cooperação internacional, plasmada na Declaração do Milênio (2000), foram destacados temas considerados centrais e, para mensurar o desempenho dos países signatários neste processo, foi construída uma estrutura com 7 objetivos que contém 17 metas, cada qual com indicadores específicos.

Neste trabalho serão avaliados o Objetivo 3 e a única meta a ele vinculada – “Eliminar a disparidade entre os sexos no ensino primário e secundário, se possível até 2005, e em todos os níveis de ensino até 2015” - , a partir dos quatro indicadores estabelecidos que possibilitam sua avaliação e monitoramento¹:

- Razão homens e mulheres no ensino básico, médio e superior;
- Razão entre homens e mulheres alfabetizados na faixa etária entre de 15 e 24 anos;
- Percentual de mulheres assalariadas no setor não agrícola;
- Proporção de mulheres exercendo mandatos no parlamento nacional

Fonte: www.pnud.org.br.

Conforme observado no decorrer deste trabalho, apenas um dos indicadores não foi considerado relevante para a investigação do processo de promoção da igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres no contexto carioca: “Percentual de mulheres assalariadas no setor não agrícola”. A escolha de descartar, da presente análise, este indicador foi orientada segundo a perspectiva do município do Rio de Janeiro como uma área predominantemente urbana.

Os dados sobre ocupação e mercado de trabalho para as mulheres foram contemplados nos itens “Mercado de Trabalho” e “Renda e Pobreza”, onde alguns aspectos descritivos da situação da mulher carioca reafirmaram a condição de

¹ Utilizou-se como base, documento recém divulgado pelo PNUD: Desigualdades de raça e de gênero: objetivo 3: promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres. UFPe, PUC Minas/IDHSPNUD (org.). Belo Horizonte: PUC Minas/IDHS, 2004.

desigualdade: menos anos de estudos, menor rendimento médio mensal, menor percentual na população ocupada.

A preocupação com o acesso e a permanência das mulheres no sistema educacional é tema discutido na comunidade internacional como um dos objetivos para a redução da pobreza e para o desenvolvimento sustentável nos países. No decorrer da década de 90 aconteceram cinco encontros internacionais que incluíram temas relacionados à mulher e à educação, a saber: **Conferência Mundial “Educação para Todos”** (Jomtien, 1990); **Conferência Mundial sobre Direitos Humanos** (Viena, 1993); **Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher** - Convenção de Belém do Pará (Belém, 1994); **Conferência Internacional “População e Desenvolvimento”** (Cairo, 1994); **Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social** (Copenhague, 1995); **Conferência Mundial sobre a Mulher** (Beijing, 1995)

No âmbito nacional, somente no início do século XXI é que a sociedade brasileira demonstra fôlego de organização em função da questão da mulher, merecendo destaque: a **I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres** (Brasília, 2004); a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

A avaliação destes indicadores no município do Rio de Janeiro foi feita em comparação com a realidade do país e do estado, garantindo, assim, um parâmetro da situação do município na promoção da igualdade entre os sexos em relação aos demais níveis regionais. Para se verificar a evolução, no tempo, foram utilizados dados sobre desempenho educacional, extraídos dos Censos de 1991 e 2000 e para o desempenho eleitoral, dados do Tribunal Superior Eleitoral das eleições de 1994, 1998, 2000 e 2002. O uso das proporções na análise dos dados sobre a situação da mulher no município do Rio de Janeiro permite conferir os valores assumidos, efetivamente, pela participação feminina e masculina em cada um dos temas abordados.

Proporção de mulheres

Conforme é possível observar na tabela 1, o número de mulheres na composição da população é superior ao número de homens. No período de 1991 e 2000, o percentual da participação feminina aumenta em 0,2 ponto percentual nos três níveis regionais.

² Utilizou-se como base documento recém divulgado pelo PNUD e elaborado pela UFPE: UFPE, PUC Minas / IDHS e PNUD (Org.). Belo Horizonte: PUC Minas / IDHS, 2004.

Tabela 1 - Total da população feminina e sua participação na população por âmbito regional – 1991 / 2000

Âmbito Regional	1991			2000		
	Sexo	Pessoas	%	Sexo	Pessoas	%
Brasil	Homem	72.485.122	49,4	Homem	83.602.316	49,2
	Mulher	74.340.353	50,6	Mulher	86.270.539	50,8
	Total	146.825.475	100	Total	169.872.855	100
Estado (RJ)	Homem	6.177.601	48,2	Homem	6.900.311	47,9
	Mulher	6.630.105	51,8	Mulher	7.491.793	52,1
	Total	12.807.706	100	Total	14.392.104	100
Município (RJ)	Homem	2.583.192	47,1	Homem	2.747.801	46,9
	Mulher	2.897.576	52,9	Mulher	3.110.101	53,1
	Total	5.480.768	100	Total	5.857.902	100

Fonte: IBGE, Censos de 1991 e 2000 via Banco Multidimensional de Estatísticas BME.

No município do Rio de Janeiro, nos últimos anos, verifica-se uma tendência de diminuição da proporção de homens em relação às mulheres, indicando uma razão de sexos de 88,3, o que Carneiro (2001) identificou como um processo de “feminização da cidade”.

Alfabetização

Com relação à alfabetização, os dados são promissores. Para a faixa entre 15 e 24 anos, no período de 1991 a 2000, o Município do Rio de Janeiro apresenta uma melhora na razão entre as proporções de homens e mulheres alfabetizados (divisão da proporção de homens pela proporção de mulheres)³.

No ano 2000, tanto no Município como no Estado, observa-se que a razão é mais próxima de 1, ou seja, a situação de alfabetização apresenta maior equidade de gênero.

Tabela 2 - Razão entre as proporções de homens e mulheres alfabetizados na faixa entre 15 e 24 anos por âmbito regional – 1991 / 200

Âmbito Regional	1991	2000
País	1,05	1,03
Estado (RJ)	0,99	0,99
Município do Rio de Janeiro	0,97	0,99

Fonte: IBGE, Censos de 1991 e 2000 via Banco Multidimensional de Estatísticas BME.

³ Trabalhou-se com a razão entre a proporção de homens e mulheres e não com a razão entre o número de homens e mulheres para dar mais substância estatística ao indicador.

Escolaridade e renda

Na tabela 3, são apresentadas as razões entre as proporções de homens e mulheres nos diferentes níveis de ensino, nos três âmbitos regionais – Brasil, Rio de Janeiro (UF) e Rio de Janeiro (município), nos anos censitários de 1991 e 2000.

No Brasil, com relação ao acesso e permanência no sistema escolar, a razão da proporção de homens e mulheres no ensino básico, que estava em 1991 próxima a uma situação de equidade (0,99) em 2000, passa para 1,02. No mesmo período, no nível médio, a participação masculina, que já se apresentava inferior à feminina em 1991, sofre ligeiro decréscimo, passando de 0,80 para 0,78. No nível superior, observa-se a mesma tendência: cresce a diferença entre homens e mulheres no sistema educacional no ano 2000, com a proporção de mulheres significativamente superior à proporção de homens, decaindo a razão da proporção homem/mulher de 0,93 em 1991 para 0,83 em 2000.

No Estado do Rio de Janeiro, no ensino básico, observa-se uma ligeira diferenciação no período citado: de 0,94 para 0,93. No ensino médio e no ensino superior, os dados continuam seguindo a mesma tendência, ou seja, aumento da participação feminina, sendo que a maior parte deste aumento é verificada no nível superior, com uma queda da razão da proporção homem / mulher de 0,95 em 1991 para 0,81 em 2000.

No Município do Rio de Janeiro, ocorre tendência semelhante no período. É observada a maior participação de mulheres (menor razão homem/mulher) em todos os níveis de ensino com crescimento da participação de mulheres nos níveis médio e superior. Neste último, houve a maior alteração da razão da proporção, passando de 0,91 para 0,79 e mantendo a mesma tendência verificada no país e no estado.

Tabela 3 - Razão entre a proporção de homens e mulheres nos diferentes níveis de ensino por âmbito regional – 1991 / 2000

Âmbito Regional	1991			2000		
	Básico	Médio	Superior	Básico	Médio	Superior
País	0,99	0,80	0,93	1,02	0,78	0,83
Estado (RJ)	0,94	0,78	0,95	0,93	0,76	0,81
Município (RJ)	0,84	0,73	0,91	0,84	0,71	0,79

Fonte: IBGE, Censos de 1991 e 2000 via Banco Multidimensional de Estatísticas BME.

As tendências assinaladas no acesso e permanência educação formal de homens e mulheres, em diferentes níveis, resultam de determinações internas e externas à escola: “promissora” para as mulheres, “preocupante” para os homens. Sugere-se que a diferença verificada após o ensino básico formal obrigatório -

quando diminui a participação masculina - está relacionada tanto com uma escola que tende a supervalorizar a participação feminina, quanto à pressão sobre os meninos para inserção mais cedo no mercado de trabalho (Rosemberg, 2002).

O relativo sucesso das mulheres no sistema educacional vai seguir os parâmetros estabelecidos das desigualdades de gênero, não sendo, portanto, suficiente para a sua avaliação. Outras informações são necessárias para a construção do quadro educacional carioca em uma perspectiva de gênero. Em virtude dos limites impostos pelo próprio objetivo deste trabalho, apresentar-se-ão apenas dois aspectos que podem contribuir nesta direção.

O primeiro diz respeito à conjunção de outras variáveis, como cor e renda, que atuam na potencialização das desigualdades. Segundo a tabela 4 – elaborada para o município –, na mesma faixa de escolaridade, a mulher ganha menos do que o homem, mas a mulher negra é a que dispõe de menor renda comparada com o homem negro, o homem e a mulher brancos.

Tabela 4 - Cidade do Rio de Janeiro - Rendimento mensal do indivíduo, por cor, escolaridade e sexo, 2000 - em R\$ de 2000

Anos de escolaridade	brancos		pretos e pardos	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Até 1 ano	Homem	47,03	Homem	56,28
	Mulher	44,87	Mulher	28,92
De 1 a 3	Homem	229,52	Homem	173
	Mulher	142,06	Mulher	119,67
De 4 a 7	Homem	431,5	Homem	299,37
	Mulher	234,46	Mulher	161,39
De 8 a 10	Homem	578,95	Homem	387,32
	Mulher	329,16	Mulher	214,2
De 11 a 14	Homem	1.229,76	Homem	818,8
	Mulher	682,28	Mulher	424,64
15 anos ou mais	Homem	3.722,23	Homem	2.119,87
	Mulher	1.890,90	Mulher	1.348,09

Fonte: IBGE, Censos de 2000, via Banco Multidimensional de Estatísticas BME.

Outro aspecto refere-se ao padrão de acesso e permanência da mulher nos diferentes níveis de ensino, apresentando uma possibilidade concreta para o alcance de uma situação de maior equidade nas relações de gênero, o que pode ser observado na diminuição da diferença entre os sexos segundo as áreas de conhecimento no nível superior. Entretanto, conforme indicado por Rosemberg (2002), o acesso permanece segundo uma diferenciação “clássica”: predominância

de mulheres nos cursos incluídos na área de conhecimento definida como “Letras / Humanidades” e predominância de homens na área de “Exatas / Engenharias”.

Conforme a tabela 5, no período de 1991 a 2000, examinados os dados sobre conclusão de cursos no município, percebe-se que o deslocamento da maioria masculina no nível superior, em 1991, para a maioria feminina, em 2000, se explica por dois movimentos:

- (1) decréscimo na proporção de homens que concluíram algum curso das áreas de Letras e Humanas e Saúde, com aumento na área de Serviços / Não Especificados / Outros;
- (2) a proporção de mulheres que concluíram algum curso superior aumentou em quase todas as áreas de conhecimento, diminuindo apenas na categoria Serviços/ Não especificados/ Outros .

A predominância feminina em carreiras ligadas a Letras / Humanidades que, tradicionalmente, remuneram menos que as de Exatas / Engenharias pode explicar o rendimento inferior das mulheres.

Tabela 5 – Cidade do Rio de Janeiro – Indivíduos por sexo segundo a área do curso superior concluído – 1991 - 2000

Área de conhecimento	1991				
	Total	Homens		Mulheres	
Letras / Humanidades	273.153	123.591	45,2%	149.562	54,8%
Exatas / Engenharias	76.100	57.823	76,0%	18.277	24,0%
Saúde	69.732	31.545	45,2%	38.187	54,8%
Serviços / Não especificados / Outros	21.186	10.948	51,7%	10.238	48,3%
Total	440.171	223.907	50,9%	216.264	49,1%
Área de conhecimento	2000				
	Total	Homens		Mulheres	
Letras / Humanidades	335.594	146.196	43,6%	189.398	56,4%
Exatas / Engenharias	111.787	74.600	66,7%	37.187	33,3%
Saúde	90.062	33.845	37,6%	56.217	62,4%
Serviços / Não especificados / Outros	17.631	11.289	64,0%	6.342	36,0%
Total	555.074	265.930	47,9%	289.144	52,1%

Fonte: IBGE, Censos de 2000 via Banco Multidimensional de Estatísticas BME.

CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Situação geral, renda e trabalho

A discussão acerca da qualidade da cidadania se amplia nas últimas décadas e reconhece como inadiável o aprofundamento da democracia, com a construção de novos espaços de participação. Tal aprofundamento visa, especialmente, atender às demandas de novos grupos, com potencial político, dentre os quais, as minorias étnicas e de gênero. Atribui-se a estas o potencial de oferecer representatividade a determinados grupos sociais com inserção subalternizada na sociedade. O caso da participação política da mulher na cidade do Rio de Janeiro pode ser analisado sob esta perspectiva e, ao que tudo indica, a relevância que este tema conquistou, na contemporaneidade, está referenciada no reconhecimento de demandas específicas das condições de existência deste segmento populacional.

A tabela 6 destaca a situação da cidadania da mulher carioca abordando os seguintes itens: educação, saúde sexual e reprodutiva, renda e pobreza, e mercado de trabalho.

Para as mulheres que são responsáveis pela família, a média de estudo é de 7,8 anos, enquanto que para os homens com a mesma situação na família, a média de anos de estudo é de 8,6. Apenas 42,7% da população ocupada é formada por mulheres (para os homens esse percentual sobe para 57,3%). O rendimento individual médio para as mulheres é de R\$ 422,86, enquanto os homens dispõem de um rendimento médio de R\$787,58 (em valores de 2000).

Sobre situação de pobreza, 0,75% das mulheres responsáveis pela família no município ganham até 0,5 salário mínimo (proporção 3 vezes superior à de homens na mesma situação). Das mulheres que tiveram filhos 7,6% são adolescentes e 5,1% das responsáveis pela família, têm filhos menores de 15 anos e não têm cônjuge.

Tabela 6 - Cidade do Rio de Janeiro – Indicadores de Gênero - 2000

	Homem	Mulher
Média de anos de estudo da pessoa responsável pela família	7,8	8,6
Percentual de pessoas responsáveis pela família com rendimento até 0,5 Salário Mínimo	0,75%	0,25%
Renda média das pessoas ocupadas (em R\$ de 2000)	R\$ 422,00	R\$ 787,58
Percentual da população ocupada	42,7%	57,3%
Percentual de Mulheres entre 15 e 17 anos com filhos	7,6%	
Percentual de mulheres responsáveis pela família sem cônjuge e com filhos menores de 15 anos	5,1%	
Percentual de Mulheres de 7 a 19 anos que trabalham e estudam	54,8%	

Fonte: IBAM, Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas, 2004; IBGE, Censos de 2000 via Banco Multidimensional de Estatísticas BME; FJP/IPEA/PNUD, Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, – Cálculos IPP/DIG/GSD.

Fontes de rendimento

Um aspecto importante da situação social de homens e mulheres diz respeito às principais fontes através das quais obtêm seus rendimentos, uma vez que, conforme a natureza dessa fonte, pode-se inferir uma maior ou menor independência da pessoa no contexto social. Assim, a fonte “trabalho remunerado” expressa, para a mulher, tendencialmente, uma situação mais autônoma do que o recebimento de uma pensão advinda do trabalho exercido pelo cônjuge. A tabela 7, resultado do cruzamento das duas principais fontes de rendimento com gênero, demonstra a diferença que ainda existe, no campo econômico, entre homens e mulheres na sociedade carioca.

Importa mencionar que a inserção do indivíduo em uma das fontes de rendimento não exclui sua participação em outro grupo.

Tabela 7 - Cidade do Rio de Janeiro – Percentual de Pessoas por principais fontes de rendimento, segundo o sexo - 2000

Fonte de Rendimento	Homem (%)	Mulher (%)
Total N	N = 1 691 759	N = 1 498 054
Total	100	100
Trabalho Remunerado	77	64
Aposentadoria/ Pensão	23	36

Fonte: IBGE, Censos de 2000 via Banco Multidimensional de Estatísticas BME.
Na totalização não foram considerados os “Sem Rendimentos” e “Não Aplicável”.

Embora, tanto para homens quanto para mulheres o trabalho remunerado seja a principal fonte, verifica-se pelo cruzamento que, entre as mulheres, a proporção relativa a essa origem dos rendimentos (64%) é menor do que entre os homens (77%). Por outro lado, a proporção de homens relacionada à aposentadoria ou pensão (23%) é menor do que a de mulheres (36%). Entre as mulheres, sobretudo as mais idosas, a pensão, ou seja, o rendimento originado no trabalho do companheiro falecido é a principal fonte de renda. Os dados do Rio mostram que, apesar da grande ampliação da presença das mulheres no mercado de trabalho, ainda persiste, neste aspecto, um certo desequilíbrio da condição feminina, em relação aos indivíduos do sexo masculino.

Participação política

Seguindo a orientação de ampliação da noção de cidadania / democracia, para fins deste trabalho, considera-se que, para apreender a situação da mulher no município, além das condições concretas apresentadas anteriormente, é necessário investigar: (a) o nível de reconhecimento das demandas das mulheres como demandas públicas; (b) a adoção de recursos para atendimento dessas demandas e; (c) a existência de espaços de participação na esfera pública para negociação dos interesses específicos deste segmento populacional.

Não é objetivo deste trabalho examinar os dois primeiros aspectos. O último item, no entanto, será trabalhado no intuito de construir o indicador da Meta do Milênio **Proporção de mulheres exercendo mandatos no parlamento**.

Na trilha desta construção, em consonância com o debate internacional e a política nacional, a cidade do Rio de Janeiro realizou a **I Conferência Municipal das Mulheres da Cidade do Rio de Janeiro** – “Políticas para as mulheres: um desafio para a igualdade numa perspectiva de gênero” (2004), articulando poder público e sociedade civil. O maior avanço, registrado em seu relatório final, foi apontar para a

necessidade de construção de sujeitos políticos que atuem na ampliação de espaços de diálogo sobre as políticas de gênero.

Neste trabalho, investigou-se a presença feminina no parlamento municipal, bem como nas demais esferas de governo. Desta forma, nas tabelas a seguir, apresentam-se dados acerca da participação no Senado e nas câmaras, Federal, Estadual e Municipal.

No âmbito nacional, foram considerados os processos eleitorais para o Senado e para a Câmara dos Deputados (1994 – 1998 – 2002).

Verificou-se aumento do número dos candidatos em todos os foros, indicando uma tendência ao crescimento do universo em análise (tabela 8).

Tabela 8 - Número de candidatos por ano eleitoral e sexo, segundo âmbito regional, 1994 / 2004.

Âmbito regional	1994		1998		2002		2000		2004	
	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H
Brasil-Senado	17	215	23	141	38	268	-	-	-	-
Brasil – Câmara dos Deputados	25	334	52	338	78	498	-	-	-	-
Rio de Janeiro (UF) – Assembléia Legislativa	96	910	200	1.120	238	1.039	-	-	-	-
Rio de Janeiro (município) Câmara Municipal	-	-	-	-	-	-	229	744	253	857

Fonte: PUC Minas/ IDHS, 2004; <www.tse.gov.br>, 2005 – Cálculo: IPP/DIG/GSD.

Nota: M= mulher, H= homem

Ao acompanhar o crescimento do total de candidatos segundo o sexo (tabela 9), foi constatado que as maiores taxas de crescimento se deram no sexo feminino nos âmbitos federal e estadual. O número de candidatas cresce 124% no Senado; 212% na Câmara dos Deputados e 147% na Assembléia Legislativa. Na Câmara de Vereadores o crescimento foi bem menor do que o apresentado nos demais níveis regionais sendo também inferior ao crescimento masculino, ou seja, apenas 10% para as mulheres e 15% para os homens.

Tabela 9 - Taxa de crescimento de candidatos, por ano eleitoral e sexo, segundo âmbito regional – 1994 / 2004.

Âmbito regional	1994 - 2000		2000 - 2004	
	M	H	M	H
Brasil-Senado	124%	25%	-	-
Brasil – Câmara dos Deputados	212%	49%	-	-
Rio de Janeiro (UF) – Assembléia Legislativa	147%	14%	-	-
Rio de Janeiro (município) – Câmara Municipal	-	-	10%	15%

Fonte: PUC Minas/ IDHS, 2004; <www.tse.gov.br>, 2005 – Cálculo: IPP/DIG/GSD



As tabelas 10, 11, 12 e 13 destacam a presença feminina na esfera da representação política, através das proporções de homens e mulheres.

No Senado, a proporção de mulheres candidatas apresentou aumento significativo entre 1994 e 2002, passando de 7,3% para 12,4% e a de eleitas mais do que dobrou, passando de 7,4% para 14,8%.

Tabela 10 - Brasil - Mulheres e Homens na Eleição ao Senado – 1994 – 1998 – 2002

Situação Eleitoral	1994			1998			2002		
	M	H	Total	M	H	Total	M	H	Total
Eleito (a)	7,4%	92,5%	100%	7,4%	92,6%	100%	14,8%	85,2%	100%
Não eleito	7,3%	92,7%	100%	15,3%	84,7%	100%	12,0%	88,0%	100%
Candidatos	7,3%	92,6%	100%	14,0%	86,0%	100%	12,4%	87,6%	100%
Candidatos (Nº)	17	215	232	23	141	164	38	268	307

Fonte: <www.tse.gov.br>, 2005 – Cálculo: IPP/DIG/GSD

No caso das eleições para Câmara dos Deputados, houve alterações significativas no que tange à proporção da participação feminina quando considerados os anos de 1994 e 2002, passando de 7,0% para 13,5%. Entre as eleitas, todavia, a proporção se manteve igual (13%) nos dois anos da ponta, embora tenha havido queda em 1998 para 8,7%.

**Tabela 11 - Rio de Janeiro (UF)
Percentual de Mulheres e Homens na eleição para Deputado Federal – 1994 – 1998 - 2002**

Situação Eleitoral	1994			1998			2002		
	M	H	Total	M	H	Total	M	H	Total
Eleito (a)	13,0%	87,0%	100%	8,7%	91,3%	100%	13,0%	87,0%	100%
Não Eleito	6,1%	93,9%	100%	12,2%	87,8%	100%	12,2%	87,8%	100%
Candidatos	7,0%	93,0%	100%	11,8%	88,2%	100%	13,5%	86,55%	100%
Candidatos (Nº)	25	334	359	52	388	440	78	498	576

Fonte: <www.tse.gov.br>, 2005 – Cálculo: IPP/DIG/GSD

Nas eleições para a Assembléia Legislativa do estado do Rio de Janeiro, o percentual de mulheres que buscam inserção no cenário político também cresceu nos três anos eleitorais abordados, passando de 9,5% em 1994, para 15,2% em 1998 e para 18,6% em 2002. Entre os eleitos, a proporção de mulheres também apresenta aumento – de 18,6% em 1994 para 20,0% em 2002.

Tabela 12 - Rio de Janeiro (UF)
Percentual de Mulheres e Homens na eleição para Deputado Estadual –
1994 – 1998 - 2002

Situação Eleitoral	1994			1998			2002		
	M	H	Total	M	H	Total	M	H	Total
Eleito (a)	18,6%	81,4%	100%	15,7%	84,3%	100%	20,0%	80,0%	100,0%
Não eleito	8,1%	91,1%	100%	15,1%	84,9%	100%	18,6%	81,4%	100,0%
Candidatos	9,5%	90,5%	100%	15,2%	84,8%	100%	18,6%	81,4%	100,0%
Candidatos (Nº)	96	910	1.006	200	1.120	1.320	238	1.039	1.277

Fonte: <www.tse.gov.br>, 2005 – Cálculo: IPP/DIG/GSD

Para o caso carioca, foram destacados os dados relativos ao pleito para Câmara Municipal no período de 2000 e 2004 (tabela 13). Diferente do observado nos níveis nacional e estadual, na cidade do Rio de Janeiro, a participação feminina é mais expressiva, alcançando quase a quarta parte (23,5%) do total de candidatos a vereadores em 2000, com ligeiro decréscimo (22,8%) no ano eleitoral seguinte.

Tabela 13 - Rio de Janeiro (Município)
Percentual de mulheres e homens nas eleições para vereador – 2000 - 2004

Situação Eleitoral	2000			2004		
	M	H	Total	M	H	Total
Eleito (a)	19,0%	81,0%	100%	26,0%	74,0%	100%
Não eleito	23,7%	76,3%	100%	22,6%	77,4%	100%
Candidatos	23,5%	76,5%	100%	22,8%	77,2%	100%
Candidatos (Nº)	229	744	973	253	857	1.110

Fonte: <www.tse.gov.br>, 2005 – Cálculo: IPP/DIG/GSD

Tendo como referência o padrão verificado nos demais âmbitos regionais, infere-se que o município apresenta dados indicativos do alargamento da esfera pública na inclusão de novos sujeitos políticos, com potencial de articulação de iniciativas e ações na direção da erradicação da assimetria nas relações de gênero nos pactos políticos que regem a democracia liberal. Neste processo, as demandas específicas começam a ser reconhecidas como demandas de ordem pública, merecendo, portanto, o fortalecimento de espaços de participação política que orientem iniciativas voltadas para a redução das desigualdades.

Eficiência Eleitoral de Gênero

O índice de elegibilidade das mulheres (eleitas por total de candidatas) em 1994 foi maior do que a dos homens nos três foros eleitorais extra municipais (ver tabela 14). Em 2002, verificou-se diminuição desse índice, o que pode ser atribuído



ao aumento do número de mulheres candidatas. Ainda assim, para o Senado e Assembléia Legislativa as mulheres apresentaram melhor desempenho do que os homens.

No caso da cidade do Rio de Janeiro (Câmara dos Vereadores), o dado notável é a inversão do índice de elegibilidade na relação entre homens e mulheres. Em 2000, a eficiência eleitoral dos homens era superior à das mulheres na proporção de 1,06 para 0,81. Quatro anos, depois, essa relação se inverte com o índice feminino superando o masculino na proporção de 1,14 para 0,96.

Para examinar a influência do sexo do candidato na sua eleição (o que se poderia chamar de “eficiência eleitoral de gênero”), constituiu-se o índice de elegibilidade por sexo. Tal indicador resulta da divisão entre a proporção de candidatos eleitos e a proporção de candidatos de cada um dos sexos. Com isso, verifica-se a maior ou menor chance de um homem ou uma mulher se eleger, relativizando-se o fato de ter havido mais ou menos candidatos ou candidatas. Quanto maior o índice, maior a “eficiência eleitoral” daquele sexo.

Tabela 14 - Índice de elegibilidade por ano eleitoral e sexo, segundo âmbito regional, 1994 / 2004

Âmbito regional	1994		1998		2002		2000		2004	
	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H
Brasil – Senado	1,01	1,00	0,53	1,08	1,20	0,98	-	-		
Brasil – Câmara dos Deputados	1,87	0,93	0,74	1,04	0,96	1,01	-	-		
Rio de Janeiro (UF) – Assembléia Legislativa	1,95	0,90	1,04	0,99	1,07	0,98	-	-		
Rio de Janeiro (município) – Câmara Municipal	-	-	-	-	-	-	0,81	1,06	1,14	0,96

Fonte: UFPE / PUC Minas / IDHS, 2004, <www.tse.gov.br>, 2005 – Cálculo: IPP/DIG/GSD

Concluindo, infere-se que, apesar de ainda pequeno, o espaço ocupado pelas mulheres na política tem se ampliado, principalmente quando consideradas as razões de elegibilidade e este movimento pode estar influenciado pela conjunção dos seguintes fatores: (a) a política de cotas no sistema eleitoral do país que estabelece, a partir da Lei 9.504/97, a reserva de “no mínimo 30% e máximo de 70% para candidatura de cada sexo” ; (b) o movimento em defesa da situação da mulher no mundo; (c) a ampliação da esfera pública, com o surgimento de novos sujeitos políticos organizados em função da identidade de gênero.

Conclusão

Os temas até aqui trabalhados constituem um primeiro esforço de interpretar o contexto carioca, segundo o objetivo da promoção da igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres nos termos das metas do milênio, estabelecidas pela ONU em 2000.

Os indicadores voltados para a investigação da desigualdade entre os sexos na esfera educacional demonstram que o caminho da promoção já vem sendo trilhado desde a década de 90.

Analisando o quadro educacional carioca em uma perspectiva de gênero, observou-se que na razão de alfabetização de homens sobre mulheres, país e estado apresentam, respectivamente, melhora no período – 1991 e 2000 – e manutenção da razão. No caso do município a razão, passa de 0,97 para 0,99.

Os dados relativos à escolarização por gênero no município apresentaram razões homem/mulher decrescendo tanto para o ensino médio, quanto para o superior. Por reconhecer que existem padrões de desigualdade que se desdobram no acesso ao ensino superior - maior número de mulheres concluindo cursos de nível superior na área de conhecimento Letras / Humanidades; maioria masculina na conclusão de cursos na área de Exatas/Engenharias – buscou-se investigar a inserção no ensino superior por área de conhecimento, concluindo-se que, para as mulheres ocorreu, nos últimos 10 anos, uma ampliação das escolhas no acesso ao ensino superior.

No entanto, ler o contexto carioca segundo uma perspectiva de igualdade entre os sexos ultrapassa o mero destaque da melhor participação das mulheres na esfera educacional, pois, quando são considerados outros aspectos mais específicos, que deste item se desdobram, verifica-se que a inserção da mulher em sociedade continua desfavorável. É o que se observa quando se considera o rendimento médio individual e as principais fontes de rendimento para cada sexo.

O tema “feminização da pobreza”, se agrava por dois fatores contemporâneos: (1) a condição de vanguarda na responsabilidade, no âmbito privado, com os cuidados dos grupos sociais mais vulneráveis, as crianças e os idosos e; (2) maior vulnerabilidade nas condições de empregabilidade em tempos de reestruturação produtiva (Rodrigues, 2004).

As inflexões destes fatores na realidade municipal ainda não foram bem analisadas, mas alguns aspectos merecem destaque nas diferentes iniciativas que começam a estruturar uma política de gênero no Rio de Janeiro:

- Saúde – desde 1996 a Secretaria Municipal de Saúde opera o monitoramento do aleitamento materno, inserido num processo de qualificação da assistência da saúde da mulher e da criança;

- Assistência – iniciativas voltadas para atuar no “ fortalecimento do poder” (empowerment⁴) do segmento feminino através de planos e programas sociais;
- Educação – total de 484 creches municipais e conveniadas que atendem 40.292 crianças (dados de 2003);
- Política de Gênero – criação, em 2001, do Rio Mulher, órgão responsável pela elaboração / implementação de uma política de gênero. Articula iniciativas de atendimento a demandas sociais específicas (mulheres vítimas de violência, atendimento psicológico e social para mães de alunos da rede municipal) e organização política.

A investigação sobre a autonomia do gênero feminino na cidade demonstrou a mesma tendência verificada no país e no estado, ou seja, proporção inferior de mulheres participando do pleito para a Câmara dos Vereadores.

No que se refere especificamente às eleições, são mais mulheres votando do que sendo votadas, e a maioria das mulheres votando em homens. Mesmo assim, no Rio de Janeiro a participação feminina na esfera política é significativa, representando cerca de um quarto dos candidatos nos anos eleitorais de 2000 (23,5%) e 2004 (22,8%).

A investigação da razão de elegibilidade (candidatos eleitos por total de candidatos) em todos os âmbitos geográficos, no período de 1994 e 2004, demonstrou que apesar da proporção inferior nas esferas decisórias, as mulheres conquistaram razões de elegibilidade superiores às dos homens no ano eleitoral de 1994 no pleito para Senado, Câmara dos Deputados e Assembléia Legislativa (RJ). Já no pleito para a Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, observou-se uma inversão entre 2000 e 2004 das razões de elegibilidade, a feminina superando a masculina.

Credita-se à efetiva ocupação dos espaços políticos, o que neste trabalho foi chamado de “eficiência eleitoral de gênero”, a possibilidade de construção de relações mais equitativas no que se refere à distribuição por gênero em sociedade. Ressalta-se que o histórico da participação política feminina não se esgota na representação política na esfera estatal, mas se amplia para a esfera da sociedade civil - movimentos sociais e partidos políticos – processo melhor demarcado a partir da década de 1970.

A organização dos movimentos de mulheres no âmbito da sociedade civil, ao mesmo tempo em que teve como característica histórica o recurso a práticas políticas que obstaculizassem a cooptação por parte do Estado, credenciou a inserção na esfera estatal de um sujeito coletivo já amadurecido politicamente.

⁴ Uma possível tradução deste termo seria “empoderamento”, ou seja, o fortalecimento do poder, num sentido amplo, de um determinado grupo social.

Optando por uma perspectiva histórica na abordagem dos dados até aqui trabalhados, pensar na direção da autonomia esbarra no que Rodrigues (2001) argumentou como sendo a necessidade de “empowerment” das mulheres, sugerindo a formação de uma coletividade política com capacidade de enfrentamento aos desafios colocados neste novo século, a saber: romper com as relações de dominação no âmbito privado para propor a construção de relações de negociação e; ocupação de espaços de poder. O que interessa nesta análise, é a ampliação da noção de espaços de poder para as organizações oriundas da sociedade civil (movimentos sociais, partidos políticos e, organizações não governamentais).

Embora as proporções de participação política na esfera estatal tenham se ampliado para as mulheres, ainda estão aquém de uma situação de equidade. Acredita-se, no entanto, que as elevadas taxas de crescimento desta participação e as razões de elegibilidade conquistadas, sejam indicativos do movimento de ampliação e afirmação de um espaço que vem sendo construído no percurso da história.

Consciente da sua condição social e, com potencial não apenas de propor, mas de implementar mudanças, este segmento tem colaborado com a/ construção de uma arquitetura política mais equitativa nas relações de gênero, buscando sustentar o diálogo com o outro a partir do lugar daquelas que insistem nessa estranha mania de ter fé na vida.

Referências bibliográficas

Carneiro, Alcides. A feminização da cidade. <www.armazemdedados.rio.rj.gov.br> em 20/7/05.

Rodrigues, A. Reforma Política e ações afirmativas. Política democrática – Revista de Política e Cultura – Brasília: Fundação Astrogildo Pereira, nº 7, 2004.

_____, A. Mulheres: Movimentos Sociais e Partidos Políticos – Seminário Nacional de Formação Política, 2001. Valparaíso. Anais...Brasília, 2001.

Rosemberg, F. Educação formal de mulheres e relações de gênero: balanço preliminar da década de 90. In. Bruschini, C. Gênero, democracia e sociedade brasileira. SP: FCC: Ed. 34, 2002.

UFPE, PUC / Minas / IDHS, PNUD [organização]. Desigualdade de raça e de gênero: objetivo 3 promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres. Belo Horizonte: PUC Minas/ IDHS, 2004.

Sites pesquisados: <www.pnud.org.br> ;
<www.cfemea.org.br> ;
< www.tse.gov.br>;
<www.armazemdedados.rio.rj.gov.br>